

PRESTAÇÃO DE CONTAS

2023

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA - APCL

www.apcl.org.pt



ÍNDICE

1.	APRESENTAÇÃO DAS CONTAS	1-3
1.1.	ANÁLISE GLOBAL DOS RESULTADOS.....	1-3
1.2.	ANÁLISE DOS RENDIMENTOS	1-3
1.2.1.	<i>Serviços prestados.....</i>	<i>1-6</i>
1.2.2.	<i>Subsídios, doações e legados à exploração</i>	<i>1-7</i>
1.2.3.	<i>Outros rendimentos</i>	<i>1-9</i>
1.3.	ANÁLISE DOS GASTOS	1-10
1.3.1.	<i>Fornecimentos e serviços externos</i>	<i>1-13</i>
1.3.2.	<i>Gastos com pessoal.....</i>	<i>1-14</i>
1.3.3.	<i>Depreciações e amortizações.....</i>	<i>1-15</i>
1.3.4.	<i>Outros gastos.....</i>	<i>1-16</i>
1.3.5.	<i>Gastos com financiamento</i>	<i>1-17</i>
1.4.	FINANCIAMENTO	1-17
1.5.	ESTADO	1-18
1.6.	ANÁLISE DOS RÁCIOS DE DESEMPENHO.....	1-19
2.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	2-21
	ANEXOS E NOTAS EXPLICATIVAS	2-25
3.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	2-26

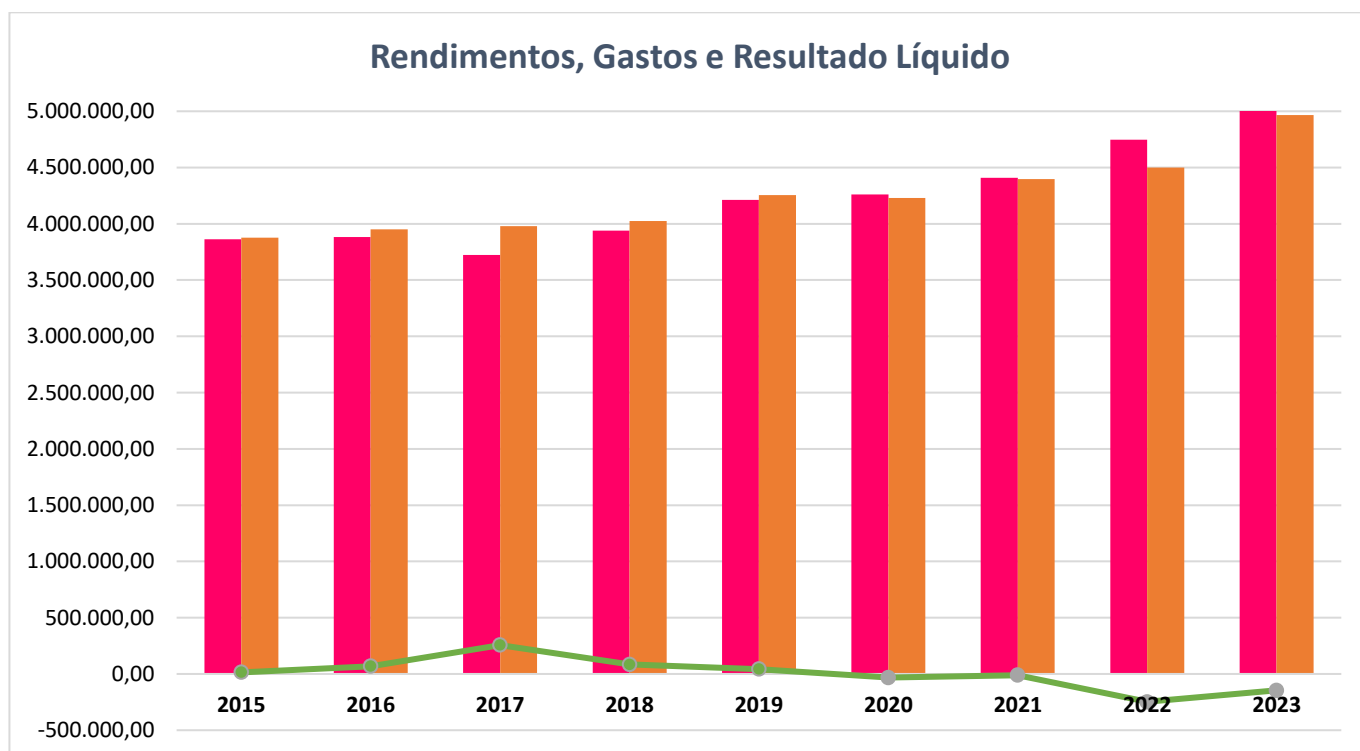
1. APRESENTAÇÃO DAS CONTAS

1.1. Análise global dos resultados

A APCL apresenta no exercício de 2023 um resultado líquido (RL) negativo de 145.172,30€, o que representa um desagravamento em relação ao RL de 2022 (-247.126,72€).

Este desagravamento deveu-se ao aumento de 10% nos Rendimentos, que superou o aumento de 8% nos Gastos.

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Total gastos	3.862.956,04	3.883.164,42	3.721.887,32	3.939.847,38	4.212.203,54	4.262.204,19	4.408.119,51	4.747.466,85	5.111.425,74
Total rendimentos	3.877.315,55	3.951.949,00	3.977.881,79	4.024.046,66	4.254.499,46	4.229.257,15	4.396.387,96	4.500.340,13	4.966.253,44
Resultado do período	14.359,51	68.784,58	255.994,47	84.199,28	42.295,92	-32.947,04	-11.731,55	-247.126,72	-145.172,30



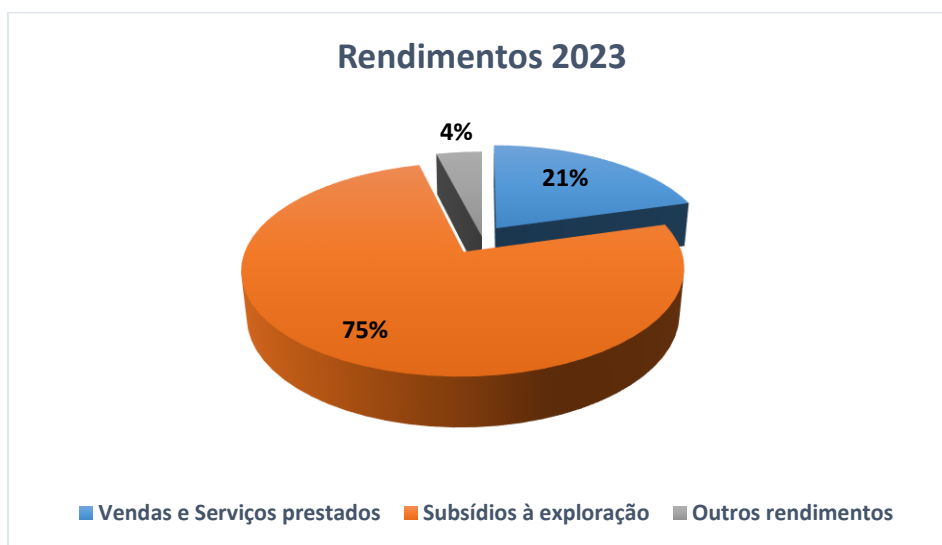
1.2. Análise dos rendimentos

Os rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do momento do seu recebimento.

À semelhança dos anos anteriores, os rendimentos provenientes de “Subsídios à exploração” representam a maior fatia no total de rendimentos da APCL no ano 2023 (75%).

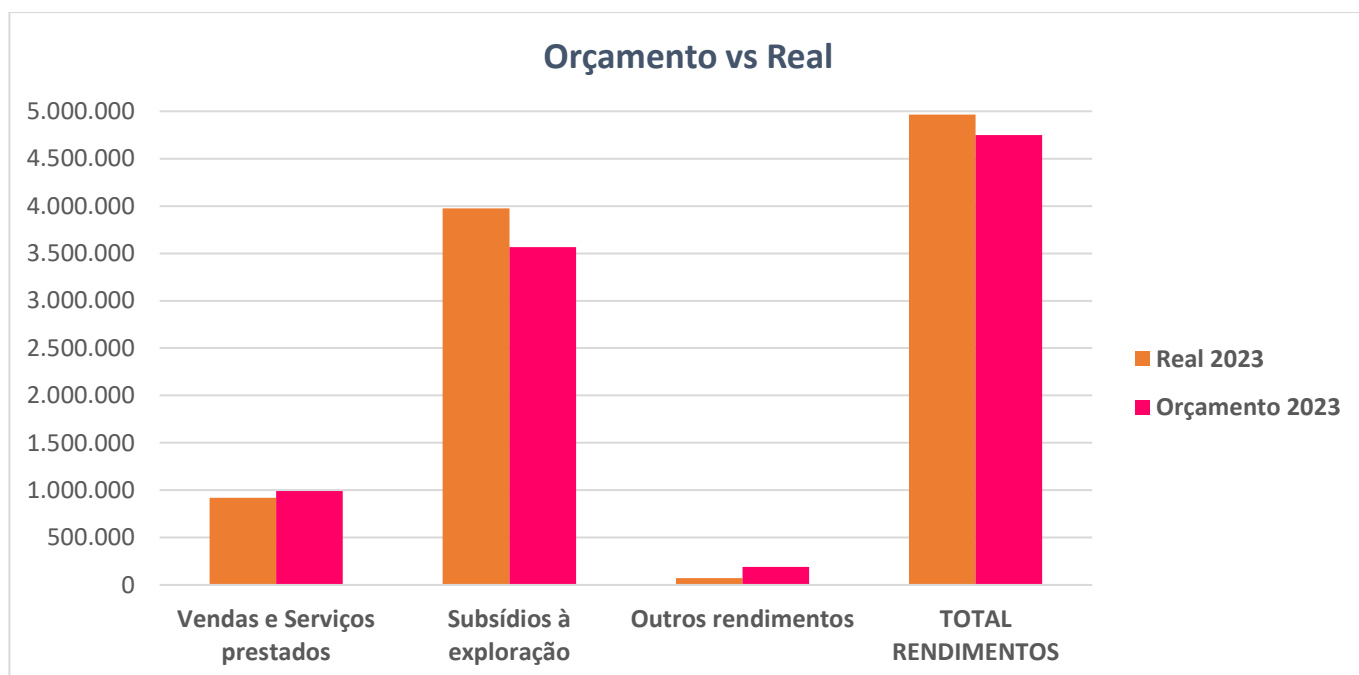
Os “Subsídios à exploração” incluem as seguintes rubricas:

- participações do Instituto de Segurança Social (ISS) relativas aos acordos de cooperação para Lar Residencial, Residências Autónomas, Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão, Creche, Serviço de Apoio Domiciliário, bem como outros subsídios de caráter eventual ou para compensação do impacto provocado pela inflação;
- participações do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) relativas aos cursos lecionados no Espaço 7 Oficinas;
- subsídios das autarquias para apoio ao desenvolvimento de atividades regulares, bem como investimentos;
- apoios do Instituto Nacional para a Reabilitação (INR) no âmbito das candidaturas aprovadas no Programa Nacional de Financiamento a Projetos;
- géneros doados pelo Banco Alimentar;
- donativos de empresas e particulares.



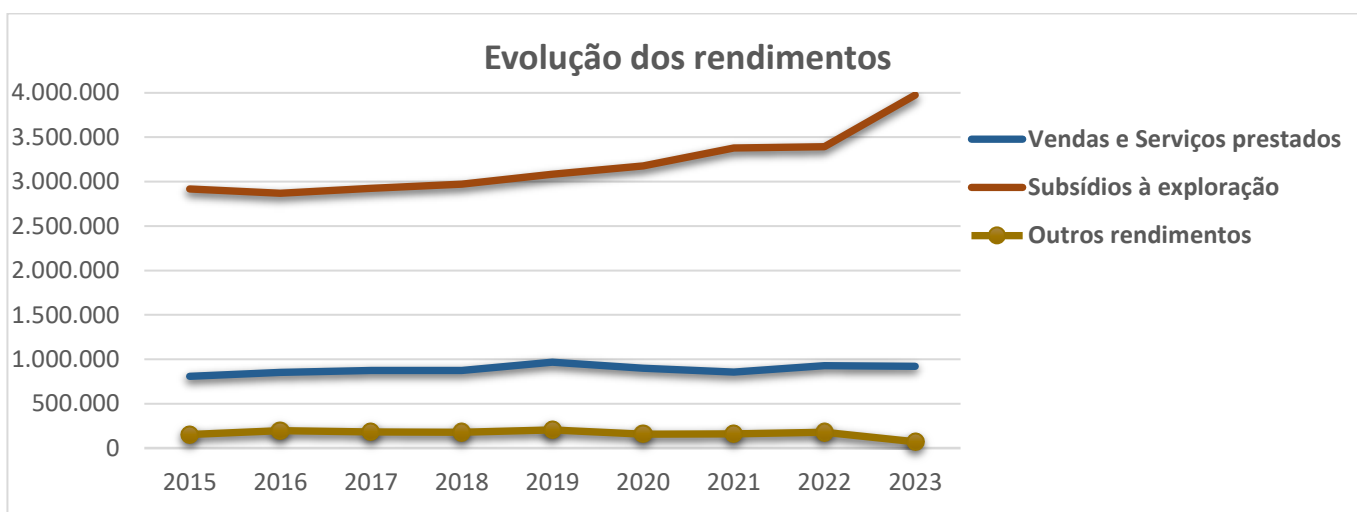
Na comparação com o valor previsto no Orçamento de 2023, registou-se um desvio positivo de 5%, o que representa que os rendimentos totais registados em 2023 foram além dos rendimentos previstos no Orçamento de 2023. O valor do desvio total foi de +217.269,49€.

RENDIMENTOS 2023: COMPARAÇÃO ENTRE O ORÇAMENTO E O VALOR REAL		
Rubricas	Orçamento	Real
Vendas e Serviços prestados	991 027,54€	919 485,87€
Subsídios à exploração	3 566 216,14€	3 975 217,12€
Outros rendimentos	191 740,27€	71 550,45€
TOTAL	4 748 983,95€	4 966 253,44€



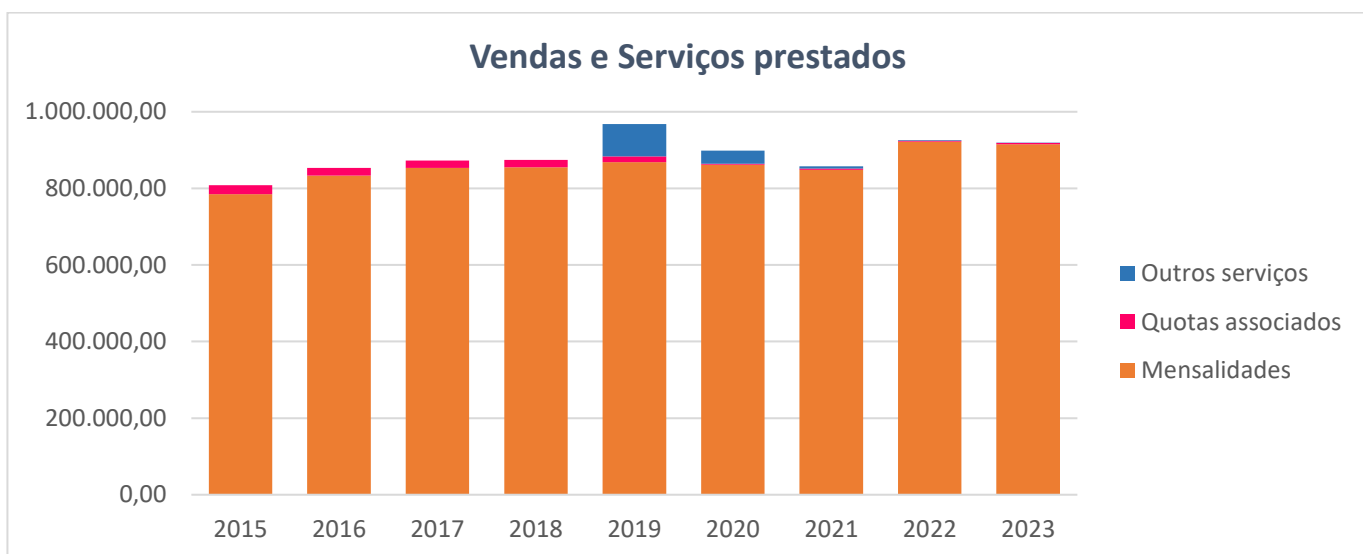
EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS: 2015 – 2023

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Vendas e Serviços prestados	808 437,46	853 799,53	872 938,30	874 544,41	967 568,16	898 354,28	857 485,43	926 510,15	919 485,87
Subsídios à exploração	2 916 969,55	2 869 333,75	2 923 790,41	2 971 133,41	3 082 344,50	3 175 749,19	3 378 342,80	3 394 415,30	3 975 217,12
Outros rendimentos	151 908,54	196 565,72	181 153,08	178 368,84	204 586,80	155 153,68	160 502,81	179 414,68	71 550,45
Juros e rend. obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56,92	0,00	0,00
TOTAL	3 877 315,55	3 951 949,00	3 977 881,79	4 024 046,66	4 254 499,46	4 229 257,15	4 396 387,96	4 500 340,13	4 966 253,44



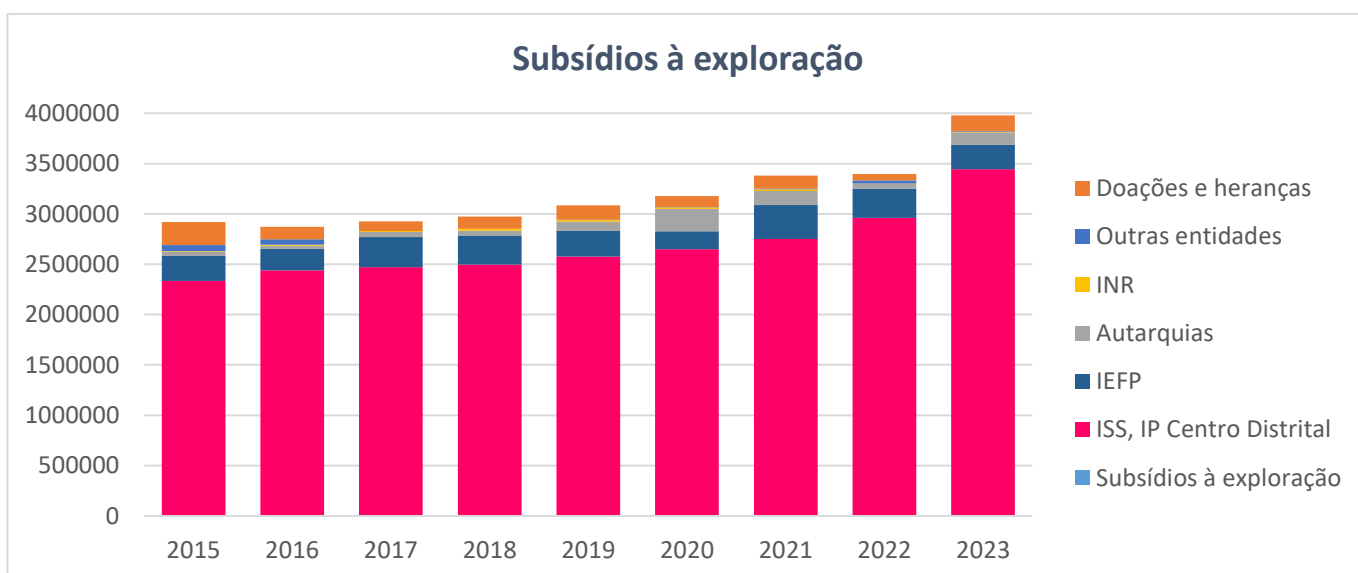
1.2.1. Vendas e Serviços prestados

SERVIÇOS PRESTADOS									
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Mensalidades	784 962,09	833 742,53	853 039,30	854 879,41	868 709,07	861 675,35	848 676,62	921 854,26	915 420,87
Quotas associados	23 475,37	20 057,00	19 899,00	19 665,00	14 725,02	2 440,00	2 670,00	2 532,00	3 510,00
Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	84 134,07	34 238,93	6 138,81	2 123,89	555,00
TOTAL	808 437,46	853 799,53	872 938,30	874 544,41	967 568,16	898 354,28	857 485,43	926 510,15	919 485,87



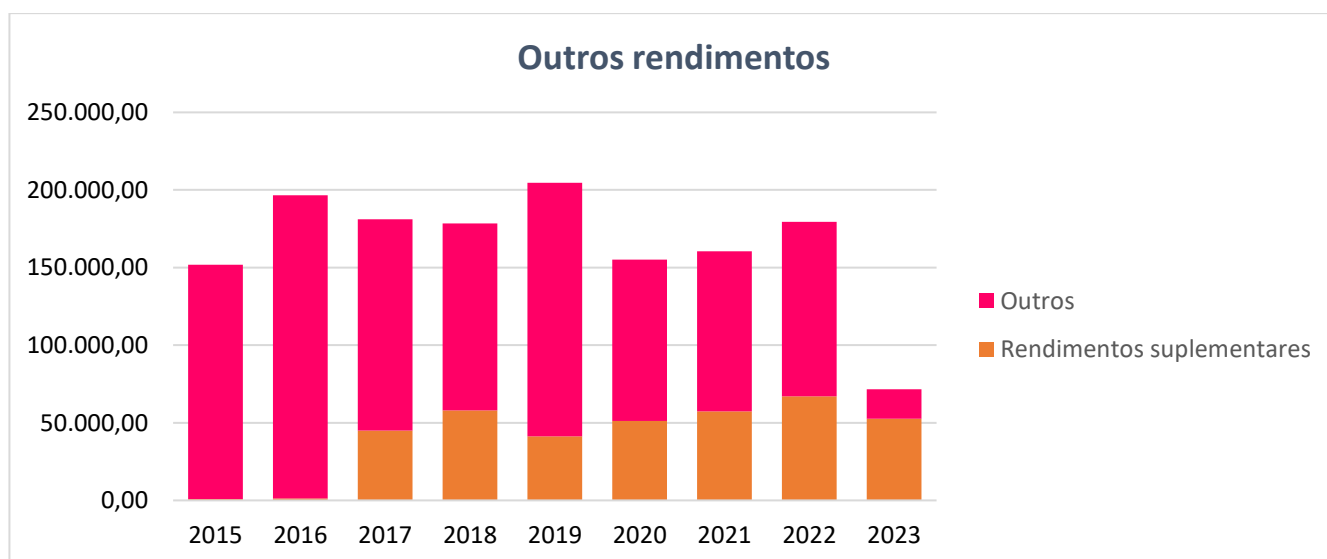
1.2.2. Subsídios, doações e legados à exploração

SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO									
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Segurança Social	2 333 846,56	2 436 214,51	2 468 087,16	2 496 398,43	2 574 198,14	2 646 686,74	2 749 002,34	2 958 528,57	3 442 756,74
IEFP	248 264,85	213 450,33	300 910,46	286 826,08	254 789,55	179 237,58	338 338,78	290 428,72	241 872,41
Autarquias	40 332,70	32 099,89	50 401,28	47 699,40	90 504,06	221 097,36	139 926,40	45 884,81	124 142,79
INR	6 315,49	11 132,62	8 775,68	19 736,54	18 781,99	15 921,50	14 849,52	5 712,78	5 975,39
Outras entidades	58 780,47	54 567,00	1 831,20	0,00	3 021,15	5 704,00	5 998,40	29 175,39	5 808,35
Donativos	229 429,48	121 869,40	93 784,63	120 472,96	141 049,61	107 102,01	130 227,36	64 685,03	154 661,44
TOTAL	2 916 969,55	2 869 333,75	2 923 790,41	2 971 133,41	3 082 344,50	3 175 749,19	3 378 342,80	3 394 415,30	3 975 217,12



1.2.3. Outros rendimentos

OUTROS RENDIMENTOS									
Rubricas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Rend. suplementares	904,36	1 229,39	44 974,68	58 016,12	41 248,57	51 244,05	57 326,54	67 165,29	52 696,56
Outros	151 004,18	195 336,33	136 178,40	120 352,72	163 338,23	103 909,63	103 176,27	112 249,39	18 853,89
TOTAL	151 908,54	196 565,72	181 153,08	178 368,84	204 586,80	155 153,68	160 502,81	179 414,68	71 550,45



1.3. Análise dos gastos

Os gastos são registados no período a que se referem, independentemente do momento do seu pagamento.

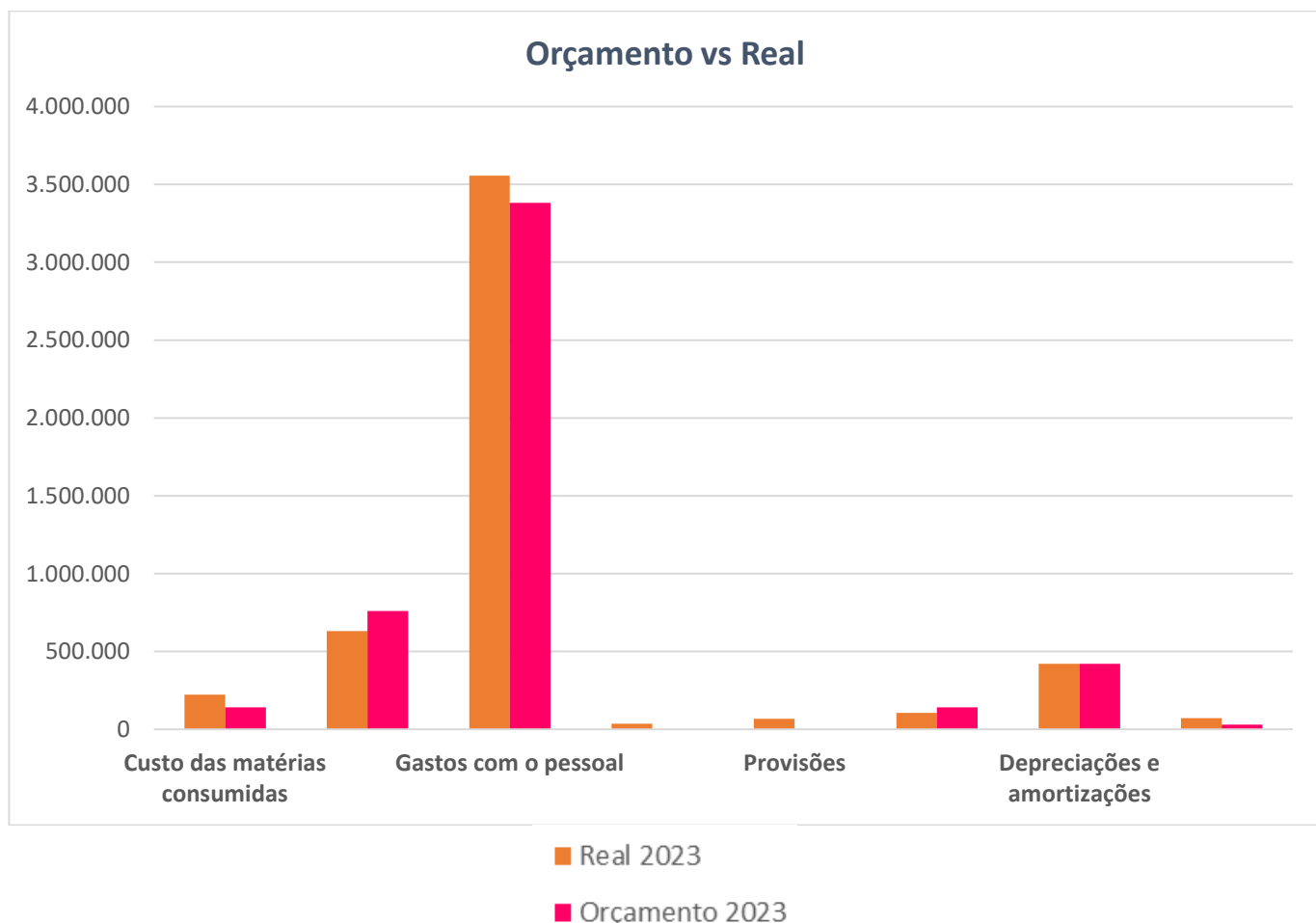
À semelhança dos anos anteriores, os “Gastos com pessoal” são a componente mais importante no total de gastos da APCL no ano 2023 (66%). Os “Gastos com pessoal” incluem as seguintes rubricas:

- remunerações, que incluem vencimentos base, diuturnidades, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal, bem como outros complementos tais como subsídios de turno e isenção de horário;
- indemnizações;
- encargos sobre as remunerações, nomeadamente a Taxa Social Única;
- seguros de acidentes de trabalho;
- medicina e higiene no trabalho;
- formação profissional;
- outras despesas como vestuário.

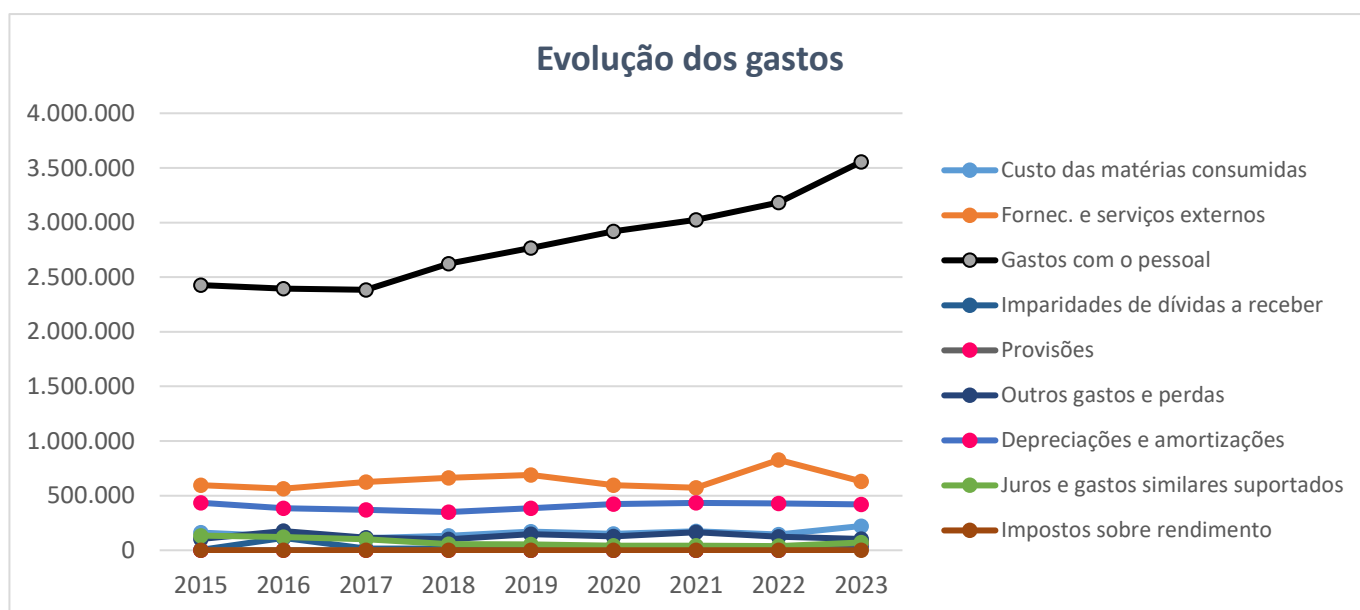


Na comparação com o valor previsto no Orçamento de 2023, registou-se um desvio negativo de cerca de 3%, o que representa que os gastos totais registados em 2023 ficaram aquém dos gastos previstos no Orçamento de 2023. O valor do desvio total foi de -235.359,97€.

GASTOS 2022: COMPARAÇÃO ENTRE O ORÇAMENTO E O VALOR REAL		
Rubricas	Orçamento	Real
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	140 763,82	221 853,84
Fornecimentos e serviços externos	760 231,52	631 051,93
Gastos com o pessoal	3 382 128,10	3 555 924,26
Imparidades de dívidas a receber	0,00	36 381,37
Provisões	0,00	68 661,41
Outros gastos e perdas	141 264,88	104 718,04
Depreciações e amortizações	420 413,23	420 204,64
Juros e gastos similares suportados	31 264,21	72 630,25
Total	4 876 065,77	5 111 425,74

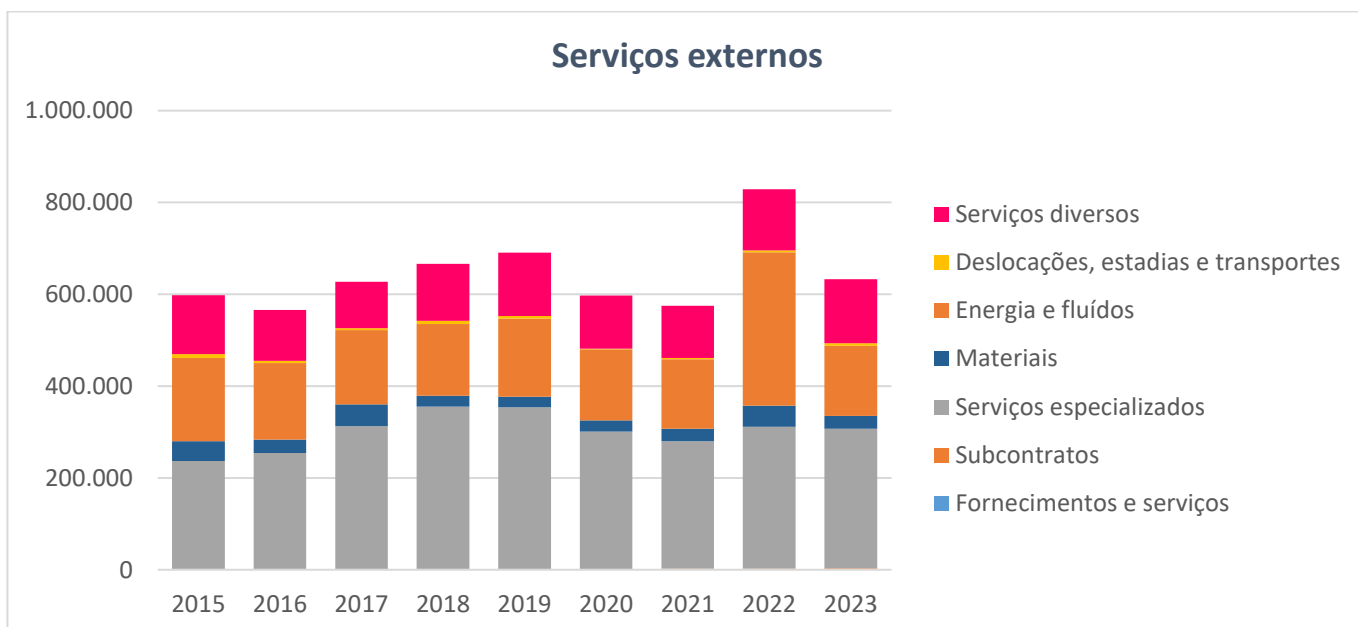


EVOLUÇÃO DOS GASTOS: 2015 - 2023									
Rubricas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Custo matérias consumidas	163 095,07	127 351,57	110 746,34	131 670,96	169 940,99	151 191,72	172 483,69	144 831,02	221 853,84
Fornec. e serviços externos	596 276,19	563 773,86	625 271,64	664 556,68	689 006,88	594 978,43	572 743,45	826 893,06	631 051,93
Gastos com o pessoal	2 426 645,44	2 396 095,03	2 384 277,86	2 622 566,42	2 767 993,60	2 920 886,82	3 023 575,72	3 181 801,26	3 555 924,26
Imparidades de dívidas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36 381,37
Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68 661,41
Outros gastos e perdas	104 862,25	175 359,42	116 274,33	100 712,62	147 144,95	127 982,75	163 889,90	125 379,61	104 718,04
Deprec. e amortizações	433 136,30	385 447,71	369 042,92	349 859,39	384 947,28	423 802,74	433 415,70	429 899,13	420 204,64
Juros suportados	134 089,06	120 740,38	101 183,66	55 177,79	53 169,84	43 361,73	41 664,30	38 310,86	72 630,25
Impostos s/ rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	346,75	351,91	0,00
Total	3 862 956,04	3 883 164,42	3 721 887,32	3 939 847,38	4 212 203,54	4 262 204,19	4 408 119,51	4 747 466,85	5 111 425,74



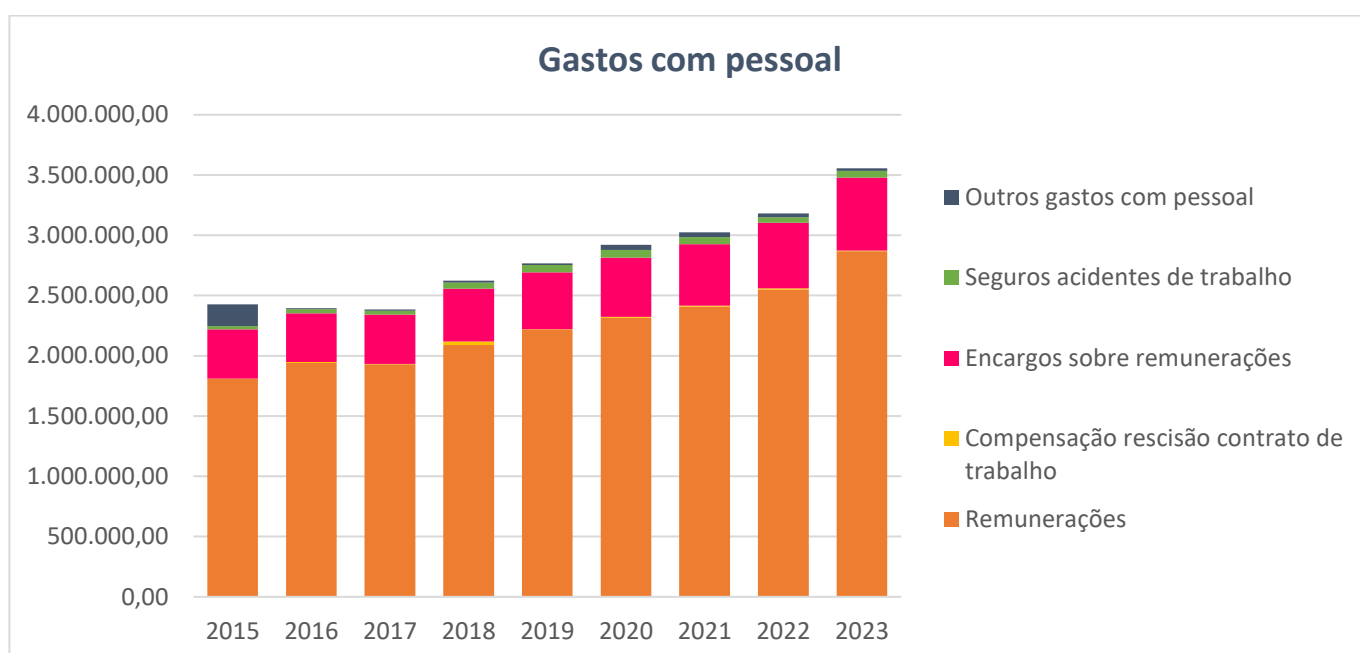
1.3.1. Fornecimentos e serviços externos

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS									
Rubricas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Subcontratos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	492,06	715,00	1 189,99
Serv. especializados	234 996,28	251 938,98	310 804,24	353 501,97	352 072,06	299 067,54	277 712,40	308 339,94	303 850,66
Materiais	43 272,85	29 445,63	47 444,37	23 170,22	22 911,42	24 035,61	26 796,01	46 528,17	28 012,92
Energia e fluídos	181 159,30	167 056,11	161 729,94	156 629,40	170 060,03	154 866,25	151 787,50	333 577,69	152 542,15
Deslocações	8 097,79	4 413,25	4 428,81	6 704,28	5 447,02	1 756,61	2 739,38	4 649,82	5 956,20
Serviços diversos	128 749,97	110 919,89	100 864,28	124 550,81	138 516,35	115 252,42	113 216,10	133 082,44	139 500,01
TOTAL	596 276,19	563 773,86	625 271,64	664 556,68	689 006,88	594 978,43	572 743,45	826 893,06	631 051,93



1.3.2. Gastos com pessoal

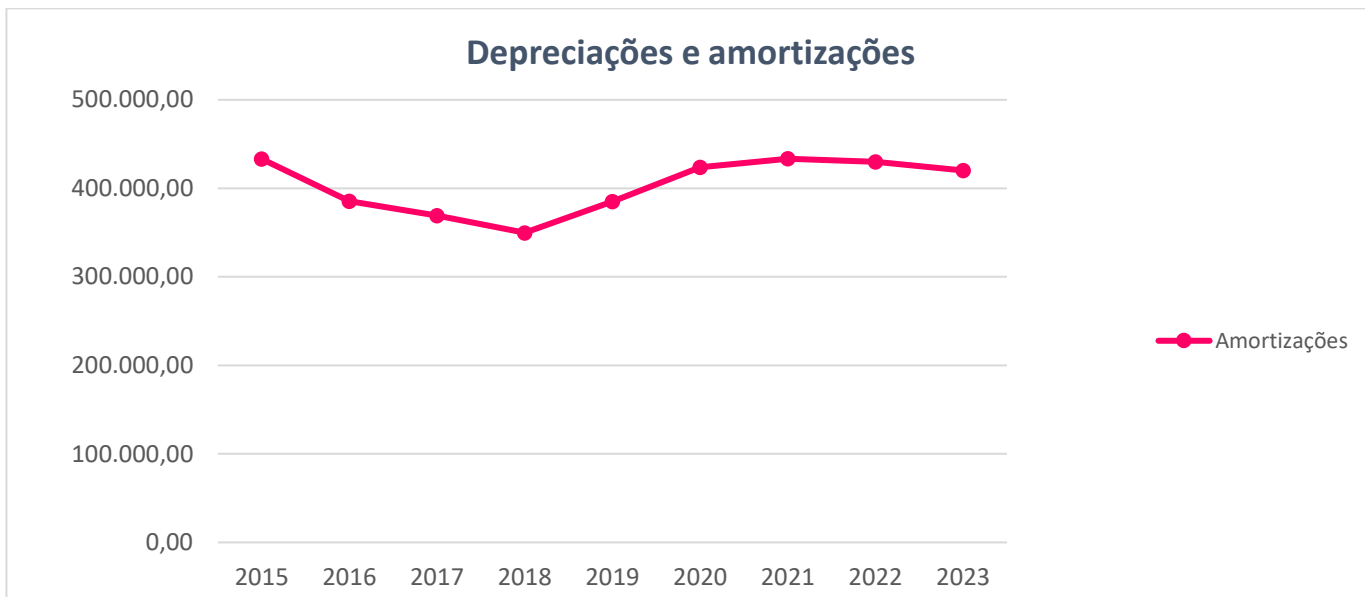
GASTOS COM PESSOAL									
Rubricas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Remunerações	1 807 227,65	1 940 895,48	1 931 399,74	2 088 661,74	2 213 840,49	2 315 122,87	2 409 187,02	2 548 467,90	2 868 981,18
Compensação rescisão	2 200,00	7 357,83	2 420,37	28 990,15	5 573,37	7 118,39	5 700,55	10 702,46	5 125,30
Encargos s/ remunerações	411 052,96	403 707,60	406 709,35	438 699,30	472 420,11	493 486,86	511 588,65	543 906,20	603 515,34
Seguros acidente trabalho	24 699,86	34 888,48	32 021,06	51 959,05	62 157,49	63 964,56	57 984,42	47 081,07	56 997,05
Outros gastos c/ pessoal	181 464,97	9 245,64	11 727,34	14 256,18	14 002,14	41 194,14	39 115,08	31 643,63	21 305,39
TOTAL	2 426 645,44	2 396 095,03	2 384 277,86	2 622 566,42	2 767 993,60	2 920 886,82	3 023 575,72	3 181 801,26	3 555 924,26



1.3.3. Depreciações e amortizações

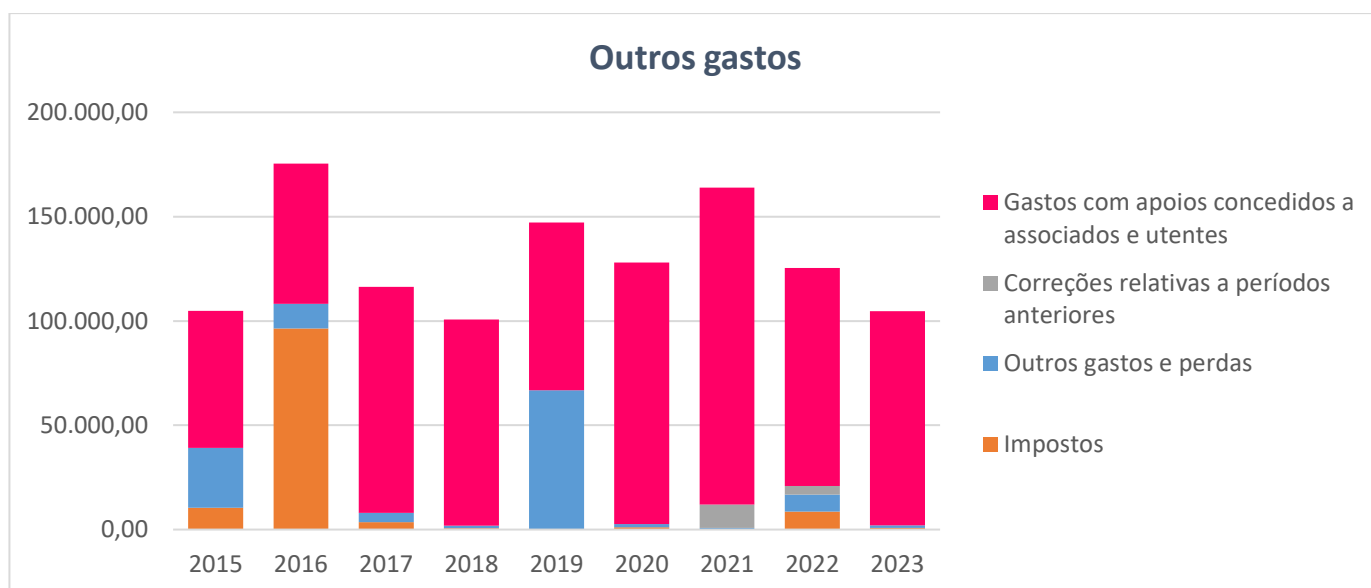
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

Rubricas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Depreciações e amortizações	433 136,30	385 447,71	369 042,92	349 859,39	384 947,28	423 802,74	433 415,70	429 899,13	420 206,64



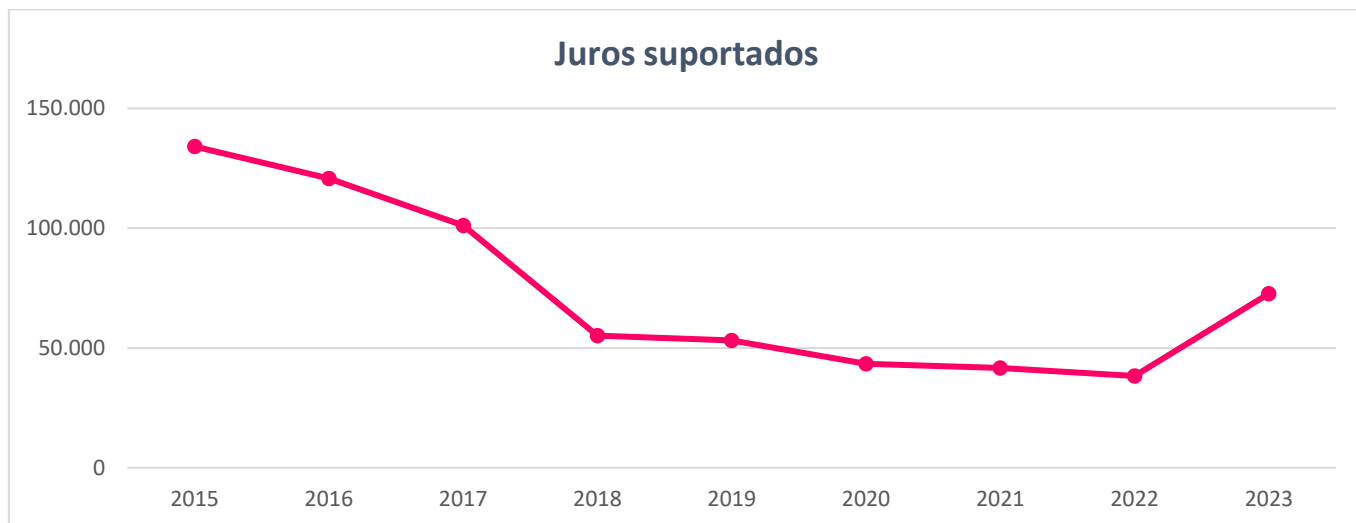
1.3.4. Outros gastos

OUTROS GASTOS									
Rubricas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Impostos	10 397,15	96 416,96	3 630,77	698,92	0,00	1 073,78	199,58	8 599,99	752,94
Outros gastos e perdas	28 838,36	11 771,55	4 390,20	1 151,45	66 789,79	1 539,35	596,00	8 190,48	1 216,00
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 278,12	4 042,97	0,00
Gastos com apoios a associados e utentes	65 626,74	67 170,91	108 253,29	98 862,25	80 355,16	125 369,62	151 816,20	104 546,17	102 749,10
TOTAL	104 862,25	175 359,42	116 274,26	100 712,62	147 144,95	127 982,75	163 889,90	125 379,61	104 718,04



1.3.5. Gastos com financiamento

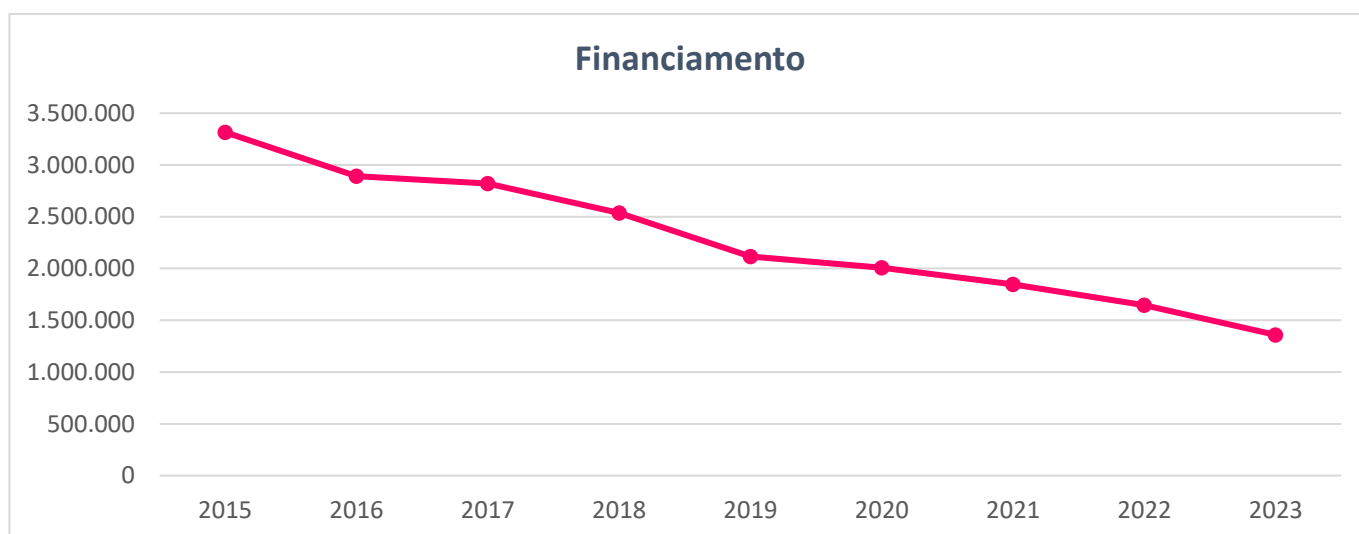
GASTOS COM FINANCIAMENTO									
Rubricas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Juros suportados	134 089,06	120 740,38	101 183,66	55 177,79	53 169,84	43 361,73	41 664,30	38 310,86	72 630,25



1.4. Financiamento

Durante o ano de 2023, as rendas dos empréstimos bancários contraídos pela APCL no Novo Banco, Banco Montepio e BPI foram pagos na íntegra (amortização de capital + juros).

FINANCIAMENTO									
Rubricas	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Financiamento bancário	3 315 285,93	2 892 881,74	2 821 868,34	2 536 006,25	2 116 252,16	2 006 084,42	1 845 941,43	1 645 842,55	1 358 476,75



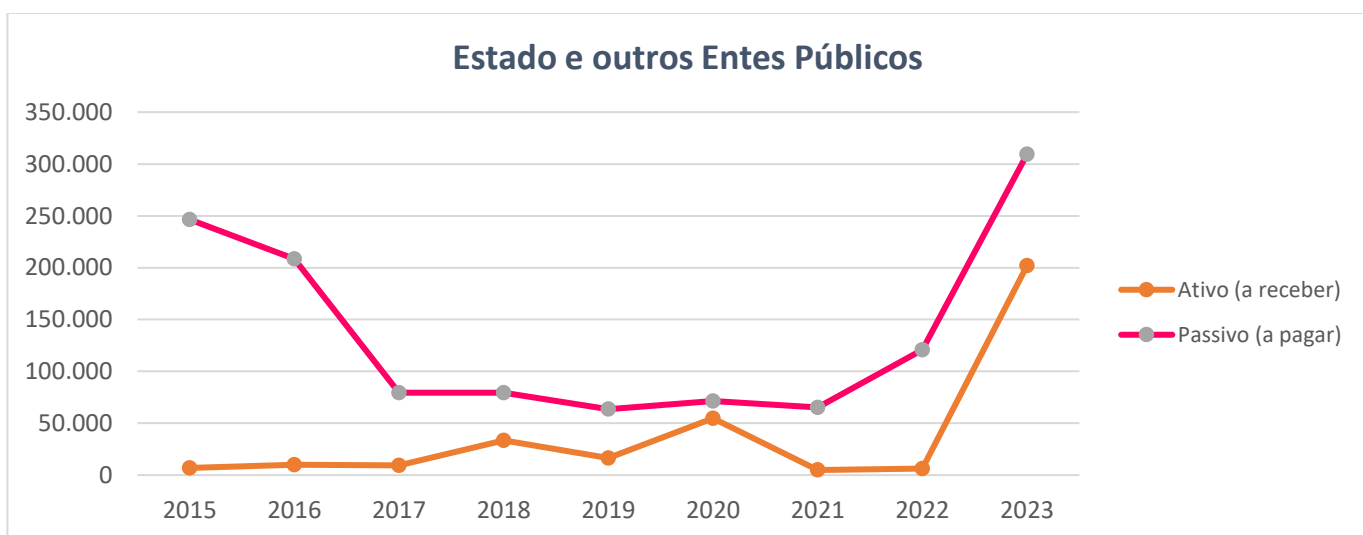
1.5. Estado

Não existem dívidas a pagar ao Estado (Autoridade Tributária e Segurança Social), em mora.

Os valores a pagar registados em dezembro de 2023 referem-se às contribuições para a Segurança Social por parte do trabalhador e às retenções em IRS. Estes valores foram pagos integralmente em janeiro de 2024.

O acréscimo significativo dos valores a receber e a pagar deve-se ao processamento do valor acumulado pela APCL nos Fundos de Compensação, cujas entregas deixaram de ser obrigatórias.

		OUTROS GASTOS							
Estado	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Ativo (a receber)	6 796,77	10 039,68	9 465,13	33 599,48	16 478,97	54 805,34	4 918,14	6 433,58	201 972,36
Passivo (a pagar)	246 488,96	208 548,83	79 381,41	79 423,37	63 559,63	71 508,77	65 108,37	120 542,35	309 408,87



1.6. Análise dos rácios de desempenho

1.6.1. Indicadores sobre a estrutura financeira

A **autonomia financeira** representa a percentagem do ativo da entidade que é financiado pelos capitais próprios.

A **solvabilidade** representa a capacidade da entidade fazer face aos seus compromissos financeiros, através da relação entre os capitais próprios e os capitais alheios da entidade.

ESTRUTURA FINANCEIRA									
Indicadores (%)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Autonomia financeira (capital próprio/ativo)*100	73,5%	73,4%	74,4%	76,2%	75,6%	76,3%	81,8%	80,5%	80,3%
Solvabilidade (capital próprio/passivo)*100	276,9%	276,6%	290,7%	310,8%	309,4%	321,9%	449,8%	411,9%	407,1%

1.6.2. Indicadores de liquidez

Os indicadores de liquidez revelam que recursos a entidade tem disponíveis para fazer face às suas obrigações com terceiros.

O indicador de **liquidez geral** representa a capacidade que a entidade tem para cumprir os seus compromissos a curto prazo (12 meses).

O indicador de **liquidez imediata** indica a capacidade que a entidade tem em pagar as dívidas, num cenário em que deixava imediatamente de ter receitas.

LIQUIDEZ									
Indicadores (%)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Liquidez geral (ativo corrente/passivo corrente)*100	21,2%	34,2%	67,1%	51,7%	61,1%	48,2%	40,1%	47,1%	57,9%
Liquidez imediata (disponibilidades/passivo corrente)*100	4,9%	3,6%	9,6%	6,7%	5,9%	7,0%	15,0%	19,1%	13,9%

1.6.3. Indicadores de endividamento

O indicador do **custo dos financiamentos obtidos** resulta da relação entre o valor dos juros suportados com os financiamentos obtidos.

ENDIVIDAMENTO									
Indicadores (%)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Custo financiamentos obtidos (juros suportados/financiamentos obtidos)*100	4,0%	4,2%	3,6%	2,2%	2,5%	2,2%	2,3%	2,3%	5,3%

1.6.4. Ponto crítico e margem de segurança

O indicador do **ponto crítico** corresponde ao nível de atividade (ou seja, o total de rendimentos) que a entidade deve garantir para conseguir manter em funcionamento a sua estrutura, ou seja, em que o resultado operacional é igual a zero.

A **margem de segurança** compara o nível de rendimentos total com o ponto crítico, permitindo aferir o intervalo de segurança existente.

PONTO CRÍTICO E MARGEM DE SEGURANÇA									
Indicadores	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Ponto crítico	3 261 779,55	3 301 101,20	3 124 535,20	3 513 409,95	3 750 656,29	3 774 510,36	3 906 543,78	4 276 101,89	4 591 888,70
Margem de segurança	14%	13%	18%	9%	8%	8%	8%	1%	7%

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço

A ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA NIPC: 506610624

Balanço Individual a 31 de dezembro de :

RUBRICAS	Notas	Unidade monetária (1)	
		2023	2022
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	13 401 611,36	13 789 825,53
Activos intangíveis	6	0,00	0,00
Investimentos financeiros	17.1	26 706,67	28 006,74
		13 428 318,03	13 817 832,27
Activo corrente			
Inventários	9	627,67	3 294,46
Créditos a receber	17.3	153 483,45	195 854,54
Estado e outros entes públicos	17.10	201 972,36	6 433,58
Outros ativos correntes	17.4	340 462,07	207 702,26
Diferimentos	17.5	38 395,46	17 354,54
Caixa e depósitos bancários	17.7	231 968,66	294 375,09
		966 909,67	725 014,47
Total do ACTIVO		14 395 227,70	14 542 846,74
FUNDOS PATRIMONIAIS E E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	17.8	575 579,75	575 579,75
Resultados transitados	17.8	(1 712 858,86)	(1 465 736,64)
Excedentes de revalorização	17.8	11 185 393,08	11 185 393,08
Ajustamentos / Outras variações nos Fundos Patrimoniais	17.8	1 653 770,79	1 653 770,79
Resultado líquido do período	17.8	(145 172,30)	(247 126,72)
Total dos Fundos Patrimoniais		11 556 712,46	11 701 880,26
PAS SIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	11	68 661,41	0,00
Financiamentos obtidos	7, 8	1 099 083,39	1 300 397,64
		1 167 744,80	1 300 397,64
Passivo corrente			
Fornecedores	17.9	206 570,28	99 290,55
Estado e outros entes públicos	17.10	309 408,87	120 889,10
Financiamentos obtidos	8	259 393,36	345 444,91
Outros passivos correntes	17.11	651 799,09	636 742,04
Diferimentos	17.5	243 598,84	338 202,24
		1 670 770,44	1 540 568,84
Total do Passivo		2 838 515,24	2 840 966,48
Total do dos Fundos Patrimoniais e Passivo e do Passivo		14 395 227,70	14 542 846,74

(1) - Euro

A Direcção

O Contabilista Certificado
António Jaime Batista Domingos

Demonstração de resultados

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA
 NIPC: 506610624

Demonstração dos resultados por naturezas no período findo em 31 de dezembro de:

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	Unidade monetária (1)	
			Períodos	
			2023	2022
Vendas e serviços prestados	+	10	919 485,87	926 510,15
Subsídios doações e legados à exploração	+	12	3 975 217,12	3 394 415,30
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	9	(221 853,84)	(144 831,02)
Fornecimentos e serviços externos	-	17.13	(631 051,93)	(826 893,06)
Gastos com pessoal	-	15	(3 555 924,26)	(3 181 801,26)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	17.3	(36 381,37)	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	-/+	11	(68 661,41)	0,00
Outros rendimentos	+	17.14	71 550,45	179 414,68
Outros gastos	-	17.15	(104 718,04)	(125 379,61)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		347 662,59	221 435,18
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	5,6	(420 204,64)	(429 899,13)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		(72 542,05)	(208 463,95)
Juros obtidos	+	17.16	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	-	17.16	(72 630,25)	(38 310,86)
Resultado antes de impostos	=		(145 172,30)	(246 774,81)
Imposto sobre rendimento do período	-/+		0,00	(351,91)
Resultado líquido do período	=		(145 172,30)	(247 126,72)

(1) - E uro

A Direcção

O Contabilista Certificado
António Jaime Batista Domingos

Demonstração de Fluxos de Caixa

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

NIPC: 506610624

Demonstração individual de fluxos de caixa do período findo em:

Unidade monetária (1)

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2023	2022
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes	+	969 286,00	896 760,09
Pagamentos a fornecedores	-	(886 637,33)	(810 847,55)
Pagamentos ao pessoal	-	(2 386 855,00)	(2 137 421,70)
Caixa gerada pelas operações	+/-	(2 284 206,33)	(2 051 509,16)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	(323,08)	
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	(1 221 575,35)	2 490 814,62
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	+/-	(3 486 104,76)	439 305,46
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-	(15 739,31)	(3 040,40)
Activos intangíveis	-		
Investimentos financeiros	-		
Outros activos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	+		
Activos intangíveis	+		
Investimentos financeiros	+		
Outros activos	+		
Subsídios ao investimento	+		
Juros e rendimentos similares	+		
Dividendos	+		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	+/-	(15 739,31)	(3 040,40)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+	200 000,00	
Realizações de fundos	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+	3 797 374,42	64 685,03
Outras operações de Financiamento	+	6 967,44	
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	(487 365,80)	(345 090,56)
Juros e gastos similares	-	(77 538,42)	(40 778,45)
Dividendos	-		
Reduções de fundos	-		
Outras operações de financiamento	-		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-	3 439 437,64	(321 181,98)
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)	+/-	(62 406,43)	115 083,08
Efeito das diferenças de câmbio	+/-	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	294 375,09	179 292,01
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	231 968,66	294 375,09

(1) - O Euro

A Direcção

O Contabilista Certificado

António Jaime Batista Domingos

Anexos e Notas explicativas

Índice

Notas

- 1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE
- 2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
- 3 BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS
 - 3.1 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS
 - 3.1.1 - POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO
 - 3.2 – ALTERAÇÕES DE ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS
 - 3.3 – CORREÇÃO DE ERROS DE PERÍODOS ANTERIORES
- 4 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS
- 5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS
- 6 ATIVOS INTANGÍVEIS
- 7 LOCAÇÕES
- 8 CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS
- 9 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS
- 10 RÉDITO
- 11 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES
- 12 SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO
- 13 EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO
- 14 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO
- 15 GASTOS COM PESSOAL
- 16 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS
- 17 OUTRAS INFORMAÇÕES
 - 17.1 INVESTIMENTOS FINANCEIROS
 - 17.2 FUNDADORES/BENEMÉRITOS/PATROCINADORES/DOADORES/ASSOCIADOS/MEMBROS
 - 17.3 CRÉDITOS A RECEBER
 - 17.4 OUTROS ATIVOS CORRENTES
 - 17.5 DIFERIMENTOS
 - 17.6 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS
 - 17.7 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS
 - 17.8 FUNDOS PATRIMONIAIS
 - 17.9 FORNECEDORES
 - 17.10 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS
 - 17.11 OUTROS PASSIVOS CORRENTES
 - 17.12 OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS
- NÃO APLICÁVEL
 - 17.14 OUTROS RENDIMENTOS
 - 17.15 OUTROS GASTOS
 - 17.16 JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS
 - 17.17 ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

1 Identificação da Entidade

1.1 - Denominação da Entidade: “Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa - APCL”

1.2 – Sede: Avenida Rainha D. Amélia – Lumiar 1600-676 Lisboa

1.3 – Número de identificação de pessoa coletiva: 506610624

1.4 – Natureza da atividade: Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa – adiante designada de APCL é uma instituição sem fins lucrativos, constituída por escritura pública a 30 de outubro de 2003, com registo definitivo como Instituição de solidariedade Social (IPSS) com estatutos publicados no Diário da República nº.299 de 23 de dezembro de 2004, Série III. Tem como missão, apoiar e proporcionar tranquilidade às pessoas com paralisia cerebral e situações neurológicas afins e suas famílias, através do desenvolvimento máximo das suas capacidades, visando a concretização dos seus projetos de vida e o pleno exercício da cidadania.

1.5 – Sempre que não exista outra referência, os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, com as alterações e redação dada pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho.

O Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;

Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;

Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;

Normas Interpretativas (NI) – Aviso nº 8258/2015 de 29 de julho.

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período findo em 31 de dezembro de 2022.

3 Bases de Apresentação e Principais Políticas Contabilísticas

3.1 Principais políticas contabilísticas

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as normas contabilísticas em vigor.

Continuidade

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Ordem continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir, consideravelmente, o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou

financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

Consistência de Apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorram alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material, se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

O relato dos ativos e passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, de acordo com os critérios que têm vindo a ser adotados nos últimos exercícios.

Informação Comparativa

A informação comparativa é divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Não se verificaram alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas não foram afetadas no presente exercício.

3.1.1 - Políticas de Reconhecimento e Mensuração

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Ordem, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor **não lucrativo (ESNL)**.

3.1.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida. Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade. As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”.
As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico	1 a 7
Equipamento de transporte	1 a 5
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	1 a 9
Outros activos fixos tangíveis	3 a 6

A vida útil e os métodos de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados por naturezas do período em que venham a ocorrer.

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da alienação ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e a sua quantia escriturada na data de alienação ou abate, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas, nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se reconhecidos ao custo de aquisição.

Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso, e nas condições necessárias para entrar em funcionamento.

3.1.3 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade. As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela seguinte:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de desenvolvimento	-
Programas de computador	3
Propriedade Industrial	-
Outros activos intangíveis	-

3.1.4 - Provisões, ativos e passivos contingentes

Periodicamente, a APCL analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação.

Assim, a APCL reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa, na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação, é o montante que a APCL reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as provisões foram revistas na data do balanço e ajustadas, de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço e na demonstração dos resultados. No entanto, são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota.

Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.1.5 - Imparidade de ativos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos da Ordem, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

3.1.6 Inventários

As mercadorias encontram-se reconhecidas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO, fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que, o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

3.1.7 - Rendimentos e gastos

O **rédito** - é proveniente da venda de bens, prestação de serviços e uso de outros ativos da entidade que produzem juros ou dividendos. O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

Quando os serviços prestados são desempenhados por um número indeterminado de atos, durante um período específico, o rédito é reconhecido numa base de linha reta durante esse período. O rédito de juros

é reconhecido utilizando o método do acréscimo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Instituição e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou, a receber. O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade; e
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para Entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Ordem e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

Subsídios e outros apoios - Os subsídios do Estado apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.1.8 - Imposto sobre o rendimento

A APCL é uma pessoa coletiva pública de interesse privado, de tipo associativo sem fins lucrativos, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

É um sujeito passivo de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) nos termos do n.º 1 do art.º 2.º do Código do IRC (CIRC), sendo a base deste imposto o rendimento global, correspondente à soma algébrica dos rendimentos das diversas categorias consideradas para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º do CIRC.

As regras de determinação da matéria coletável de IRC são as constantes dos artigos 53.º e 54.º do CIRC, sendo aplicável aos rendimentos tributáveis a taxa de 21% prevista no n.º 5 do art.º 87.º do CIRC. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do CIRC.

O tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento é efetuado pelo método do imposto a pagar. Para as finalidades deste capítulo, o termo «imposto sobre o rendimento» inclui todos os impostos baseados em lucros tributáveis incluindo as tributações autónomas, que sejam devidas em qualquer jurisdição fiscal.

Os impostos sobre o rendimento para períodos correntes e anteriores devem, na medida em que não estejam pagos, ser reconhecidos como passivos. Se a quantia já paga com respeito a períodos correntes e anteriores exceder a quantia devida para esses períodos, o excesso deve ser reconhecido como um ativo.

As quantias de impostos sobre o rendimento relacionadas com as transações correntes ou outros acontecimentos geradores de imposto no período, devem ser reconhecidas como um gasto a afetar os resultados do período.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

Essa isenção apenas abrange os rendimentos derivados do exercício das atividades estatutárias, ficando excluídas da isenção os rendimentos de natureza comercial, industrial ou agrícola, ainda que obtidos em ligação com a atividade associativa prosseguida

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da APCL dos anos de 2019 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.1.9 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Estes encontram-se mensurados de acordo com os seguintes critérios.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados e membros que se encontram com saldo no final do período e sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável líquido à data do relato.

Clientes e outras contas a receber

As dívidas dos “Clientes” e “Outros créditos a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, por forma a retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a dois anos.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a pagar encontram-se mensuradas pelo método do custo.

Financiamentos obtidos

Os empréstimos, quando existentes, são reconhecidos pelo valor nominal recebido. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas, de acordo com o regime de acréscimo (periodização económica), sendo capitalizados quando estão diretamente relacionados com os ativos em curso.

Os empréstimos são apresentados no balanço como passivos correntes, a não ser que a Ordem tenha o direito incondicional para diferir o passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que são apresentados no passivo não corrente do balanço.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas e apresentadas nas rubricas «Outros ativos correntes», «Outros passivos correntes» e «Diferimentos» do balanço.

3.1.10 - Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémio de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais deliberadas pontualmente pelo conselho diretivo.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes, encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

As contribuições da Instituição para planos de benefícios são reconhecidas como gasto no período a que respeitam, quando os empregados abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Instituição. São reconhecidas como um passivo, quando um empregado tiver prestado serviços em troca de um benefício no futuro. Os benefícios dos empregados aqui incluídos são, salários, contribuições para a regimes de proteção social, outros não monetários (cuidados médicos), bem como os benefícios por cessação de emprego. Os benefícios dos empregados são liquidados por pagamentos, efetuados diretamente aos mesmos. São aqui incluídos empregados que prestam serviço a tempo completo, a tempo parcial ou temporários

3.1.11. – Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da APCL.

3.1.12 - Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão

quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um efluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir Ex fluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Imparidade de contas a receber:

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, conforme relatado nas notas 3.1.5 e 3.1.9). As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço “adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

3.1.13. Subsídios e outros apoios

Os subsídios do Estado apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.2 – Alterações de estimativas contabilísticas

Não se verificaram alterações nas estimativas contabilísticas dos últimos dois anos.

3.3 – Correção de erros de períodos anteriores

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, não foram identificados erros materiais relativos a períodos anteriores, nos termos do ponto 6.9 da NCRF-ESNL.~

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não aplicável.

5 Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, apresentam-se no seguinte quadro:

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA
NIPC: 506610624

Unidade monetária (1)

2023

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Totais
		Terrenos	Edifícios							
Ativos										
Saldo Inicial		3 425 021,03	14 397 306,87	755 769,40	265 994,59	147 617,69	5 598,00	60 400,53	0,00	19 057 708,11
Aquisições			31 990,47							31 990,47
Transferências										0,00
Alienações										0,00
Outras Variações										0,00
Saldo final		3 425 021,03	14 429 297,34	755 769,40	265 994,59	147 617,69	5 598,00	60 400,53	0,00	19 089 698,58
Depreciações acumuladas										
Saldo Inicial		0,00	4 139 961,55	710 833,62	228 322,57	147 369,90	5 253,50	36 141,44	0,00	5 267 882,58
Depreciações do exercício			370 101,80	13 189,19	32 345,88	750,00	344,50	3 473,27		420 204,64
Alienações										0,00
Outras variações										0,00
Alienações										0,00
Saldo final		0,00	4 510 063,35	724 022,81	260 668,45	148 119,90	5 598,00	39 614,71	0,00	5 688 087,22
Activo Líquido	0,00	3 425 021,03	9 919 233,99	31 746,59	5 326,14	-502,21	0,00	20 785,82	0,00	13 401 611,36

(1) - Euro

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA
NIPC: 506610624

Unidade monetária (1)

2022

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Totais
		Terrenos	Edifícios							
Ativos										
Saldo Inicial		3 425 021,03	14 397 306,87	752 942,80	265 994,59	147 488,54	5 598,00	58 570,89	0,00	19 052 922,72
Aquisições				2 826,60		129,15		1 829,64		4 785,39
Transferências										0,00
Alienações										0,00
Outras Variações										0,00
Saldo final		3 425 021,03	14 397 306,87	755 769,40	265 994,59	147 617,69	5 598,00	60 400,53	0,00	19 057 708,11
Depreciações acumuladas										
Saldo Inicial		0,00	3 773 058,80	692 968,88	191 713,95	145 015,45	4 909,00	32 668,17	0,00	4 840 334,25
Depreciações do exercício			366 902,75	17 864,74	35 543,19	2 354,45	344,50	3 473,27		426 482,90
Alienações										0,00
Outras variações					1 065,43					1 065,43
Alienações										0,00
Saldo final		0,00	4 139 961,55	710 833,62	228 322,57	147 369,90	5 253,50	36 141,44	0,00	5 267 882,58
Activo Líquido	0,00	3 425 021,03	10 257 345,32	44 935,78	37 672,02	247,79	344,50	24 259,09	0,00	13 789 825,53

(1) - Euro

6 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas. As amortizações foram efetuadas pelo método da linha reta, em regime de duodécimos.

Foram determinadas vidas úteis finitas, de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

AS SOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA NIPC: 506610624

Unidade monetária (1)	2023				
	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros ativos intangíveis	Totais
Activos					
Saldo Inicial	0,00	32 712,34	0,00	0,00	32 712,34
Aquisições					0,00
Alienações					0,00
Outras Variações					0,00
Saldo final	0,00	32 712,34	0,00	0,00	32 712,34
Depreciações acumuladas					
Saldo Inicial	0,00	32 712,34	0,00	0,00	32 712,34
Depreciações do exercício					0,00
Alienações					0,00
Outras variações					0,00
Saldo final		32 712,34	0,00	0,00	32 712,34
Activo Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(1) - Euro

AS SOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA NIPC: 506610624

Unidade monetária (1)	2022				
	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros ativos intangíveis	Totais
Activos					
Saldo Inicial	0,00	32 712,34	0,00	0,00	32 712,34
Aquisições					0,00
Alienações					0,00
Outras Variações					0,00
Saldo final	0,00	32 712,34	0,00	0,00	32 712,34
Depreciações acumuladas					
Saldo Inicial	0,00	29 296,11	0,00	0,00	29 296,11
Depreciações do exercício		3 416,23			3 416,23
Alienações					0,00
Outras variações					0,00
Saldo final	0,00	32 712,34	0,00	0,00	32 712,34
Activo Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(1) - Euro

7 Locações

Em 31 de dezembro de 2023 o valor em dívida de locações financeiras é a seguinte:

Locações				
	2023		2022	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
PCI Bank - kangoo Maxi	2 942,04 €	0,00 €	0,00 €	7 669,73 €
Totais	2 942,04 €	0,00 €	0,00 €	7 669,73 €

A última prestação do Mapa de Amortização /Plano de Pagamentos ocorrerá a 11/02/2024.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

A 31 de dezembro de 2023 o plano de reembolso dos empréstimos, perspetivado para o ano de 2024 ascende a 256.451,32 euros, conforme quadro seguinte:

Financiamentos obtidos				
	2023		2022	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Financiamento Novo Banco nº 077027116	5 716,79 €	390 838,57 €	163 093,39 €	390 838,57 €
Financiamento M. G. nº 00361002249	164,95 €	23 316,25 €	68 529,34 €	23 316,25 €
Empréstimo BPI nº 5447868830001	50 569,58 €	684 928,57 €	113 822,18 €	728 573,09 €
Empréstimo BPI livrança	0,00 €	0,00 €	0,00 €	150 000,00 €
BPI - Cta 5-5447868-024-001	100 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Montepio - Cta 000,37,000402-0 Cred. Int. Flexível	100 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Totais	256 451,32 €	1 099 083,39 €	345 444,91 €	1 292 727,91 €

9 Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 a rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” apresentava os seguintes valores:

CMVMC	2023	2022
Existências iniciais	3 294,46	2 324,42
Compras	219 187,05	145 801,06
Regularizações de existências	0,00	0,00
Existências finais	627,67	3 294,46
Custo do exercício	221 853,84	144 831,02

10 Rédito

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Vendas	2023	2022
Prestação de Serviços	915 420,87	921 854,26
Quotas e Jóias	3 510,00	2 532,00
Rendimentos de patrocinadores	555,00	2 123,89
Serviços secundários/Refeitório	0,00	2 123,89
TOTAL	919 485,87	928 634,04

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

A entidade reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação e que possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

Contas	2023			Saldo Final
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	
Para processos judiciais em curso	0,00	68 661,41	0,00	68 661,41

Ver nota 17.17 “Acontecimento após data do balanço”.

Passivos contingentes

Não existem factos que justifiquem a constituição de passivos contingentes em 2023.

Ativos contingentes

A Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral/Núcleo Regional do Sul, atual APCL, foi contemplada no testamento da Sr.ª Eglantina Coelho, com um quinto da quantia em dinheiro respeitante à venda de um imóvel localizado sito na Rua de Campo Maior, nº 49 em Elvas. Em ata de reunião, onde participaram as cinco instituições incluídas no testamento, foi decidido que o imóvel seria vendido por um valor nunca inferior a 100.000,00 euros. No entanto, o testamenteiro recusou essa qualidade por ato notarial de 20 de outubro de 2005, o que significa que cabia aos herdeiros (uma irmã), executar o legado. Em 2019 foi confirmado que a irmã da Sr.ª Eglantina já faleceu e que a única parente viva é a sobrinha. A situação manteve-se inalterada no decurso do exercício de 2023.

12 Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a Entidade apresentava os seguintes saldos:

Subsídios doações e legados à exploração	2023	2022
Subsídios à exploração	3 820 555,68	3 329 730,27
ISS,IP - Centro Distrital	3 442 756,74	2 958 528,57
IEFP	241 872,41	290 428,72
Autarquias	124 142,79	45 884,81
INR	5 975,39	5 712,78
IEFP-Reforço Emergência de Equip Sociais e Saúde		8 182,07
IAPMEI - Apoio RMMG		8 008,00
PCAND e Outras entidades	5 808,35	12 985,32
Doações e Heranças	154 661,44	64 685,03
Total	3 975 217,12	3 394 415,30

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Entre 31/12/2022 e 31/12/2023, não se verificaram quaisquer alterações das taxas de câmbio.

14 Imposto sobre o Rendimento

Conforme já mencionado anteriormente no ponto 3.2.7. – Estado e Outros Entes Públicos, a APCL é isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). A APCL em 2023 realizou operações lucrativas relacionadas com o fornecimento de refeições para outras instituições.

15 Gastos com Pessoal

Ao serviço da APCL esteve em 2023 o número médio de 222 pessoas.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Gastos com pessoal	2023	2022
Remunerações do pessoal	2 868 981,18	2 548 467,90
Compensação rescisão contrato de trabalho	5 125,30	10 702,46
Encargos com remunerações	603 515,34	543 906,20
Seguros de acidentes de trabalho	56 997,05	47 081,07
Outros gastos com pessoal	21 305,39	31 643,63
Total	3 555 924,26	3 181 801,26

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas ainda as seguintes informações:

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Investimentos Financeiros	2023	2022
Fundo de reestruturação Sector Solidário	5 630,06	5 630,06
Fundo Compensação trabalho	21 076,61	22 376,68
Total	26 706,67	28 006,74

O montante 5.630,06 euro refere-se a retenções efetuadas pelo ISS, I.P. a favor FRSS - Fundo de Reestruturação do Sector Solidário. Em 2024 será solicitado o resgate do Fundo de Compensação do Trabalho. As Verbas disponíveis podem ser usadas para apoiar os custos e investimentos com habitação dos profissionais, ou outros realizados com o acordo da entidade e trabalhadores, ou financiar a formação profissional. Empresas têm até 2026 para resgatar a sua parte deste fundo

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Não aplicável.

17.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Creditos a receber	2023	2022
Utentes valor Bruto	181 757,36	205 916,26
Utente cobrança duvidosa	39 816,00	21 646,82
Utentes perdas por imparidade	-68 089,91	-31 708,54
Utentes - Valor liquido	153 483,45	195 854,54

As rubricas de “Utente cobrança duvidosa” e “Utentes perda por imparidade” que constam na contabilidade em 2022, foram constituídas em períodos anteriores a 2017 Os valores respetivos foram reavaliados no exercício de 2023. O processo de conferência efetuado, revela os novos valores e o reconhecimento de perdas por imparidade dessas dívidas a receber aconteceu após um julgamento das evidências objetivas (de acordo com o parágrafo 24 da NCRF 27) efetuado pelo órgão de gestão, que

determinem uma probabilidade de incobrabilidade desses montantes. Este reconhecimento é um ato de gestão, que não está dependente de qualquer procedimento administrativo, legal ou contratual.

17.4 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

Outros ativos correntes	2023			2022		
	Valor Bruto	Perda Imparidade	Valor Líquido	Valor Bruto	Perda Imparidade	Valor Líquido
Pessoal adiantamentos	21 157,92		21 157,92	27 824,68		27 824,68
Devedores p/ acréscimo de rendimentos	125 520,91		125 520,91	13 184,73		13 184,73
Associados / Quotas	19 110,03		19 110,03	22 567,47		22 567,47
Outros devedores	1 586,67		1 586,67	1 415,91		1 415,91
Projectos/subsídios	167 809,62		167 809,62	135 796,85		135 796,85
Outros devedores e credores	1 752,25		1 752,25	3 958,42		3 958,42
Fornecedores c/c	3 524,67		3 524,67	2 954,20		2 954,20
Utentes - Valor líquido	340 462,07	0,00	340 462,07	207 702,26	0,00	207 702,26

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Diferimentos	2023	2022
ACTIVO		
Gastos a reconhecer	38 395,46	17 354,54
Rendas e alugueres	3 435,91	1 371,46
Vigilância e segurança	569,26	326,34
Limpeza, Higiene e Conforto	175,04	0,00
Conservação e reparação de equipamentos	2 003,34	1 335,56
Seguros	32 175,91	14 225,18
Quotizações	36,00	96,00
PASSIVO		
Rendimentos a reconhecer	243 598,84	338 202,24
Instituto Nacional de Reabilitação	5 395,55	0,00
Camara Municipal de Lisboa	79 027,72	52 889,84
IEFP Projetos e programas	79 286,35	78 807,01
Camara Municipal Oeira	4 100,00	4 100,00
Fundação "La Caixa"	11 471,24	11 471,24
Comparticipações S.Social	64 317,98	190 934,15

17.6 Outros Ativos Financeiros

Não aplicável.

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos:

Caixa e Depósitos bancários	2023	2022
Caixa	2 108,17	2 043,48
Depósitos à ordem	225 209,81	287 680,93
Depósitos a prazo	4 650,68	4 650,68
Total	231 968,66	294 375,09

17.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

No período de 2023 ocorreram as seguintes variações nos fundos patrimoniais. Na contabilidade de 2023 mantiveram-se segregados os saldos correspondentes aos “Resultados transitados” e “Excedentes de revalorização”.

Fundos Patrimoniais	2023				
	Saldo Inicial	Aplicação resultados líquidos	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	575 579,75				575 579,75
Resultados transitados	-1 465 736,64	-245 002,83		-247 122,22	-1 712 858,86
Excedentes de revalorização	11 185 393,08				11 185 393,08
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	1 653 770,79				1 653 770,79
Resultado líquido do período	-245 002,83	245 002,83		-145 172,30	-145 172,30
Totais	11 704 004,15	0,00	0,00	-392 294,52	11 556 712,46

Fundos Patrimoniais	2022				
	Saldo Inicial	Aplicação resultados líquidos	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	575 579,75				575 579,75
Resultados transitados	-1 454 005,09	-11 731,55		-11 731,55	-1 465 736,64
Excedentes de revalorização	11 185 393,08				11 185 393,08
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	1 756 162,42			-102 391,63	1 653 770,79
Resultado líquido do período	-11 731,55	11 731,55		-245 002,83	-245 002,83
Totais	12 051 398,61	0,00	0,00	-359 126,01	11 704 004,15

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” em 2023 e 2022 são os seguintes:

Fornecedores	2023	2022
Fornecedores c/c	178 879,97	99 290,55
Fornecedores de investimentos	27 690,31	0,00
Total	206 570,28	99 290,55

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Estado e Outros entes Públicos	2023	2022
ACTIVO		
Imposto s/ Rendimentos - retenções	0,00	304,69
Imposto s/ Rendimentos - Pessoas singulares (IRS)	62,83	62,83
Imposto Valor Acrescentado (IVA)	14 615,82	6 066,06
Outros impostos e taxas	187 293,71	0,00
TOTAL	201 972,36	6 433,58
PASSIVO		
Imposto s/ Rendimentos - a pagar	193,93	523,65
Imposto s/ Rendimentos - estimado	28,83	351,91
Imposto s/ Rendimentos - Pessoas singulares (IRS)	19 025,56	24 964,33
Segurança Social	289 788,50	90 167,69
Outros impostos e taxas	372,05	4 881,52
TOTAL	309 408,87	120 889,10

17.11 Outros passivos correntes

A rubrica “Outro passivo corrente” desdobra-se da seguinte forma:

Outros passivos correntes	2023	2022
Pessoal	11 616,70	7 410,49
Clientes c/c saldo credor	8 307,53	11 503,99
Credores por acréscimos	193 122,00	197 940,21
Estimativa de férias e subsídio de férias	399 208,42	365 545,95
Outros credores	39 544,44	54 341,40
Total	651 799,09	636 742,04

Durante o exercício de 2023 foi revertida a imparidade efetuada sobre a dívida ao fornecedor Construções Torrão – Sérgio F. Torrão por o mesmo se encontrar em insolvência. A redução do valor de “outros credores” em 2023 é justificado com esta regularização.

17.12 Outros Passivos Financeiros

Não aplicável

17.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

Fornecimentos e serviços externos	2023	2022
Subcontratos	1 189,99	715,00
Serviços especializados	303 850,66	308 339,94
Materiais	28 012,92	46 528,17
Energia e fluidos	152 542,15	333 577,69
Deslocações, estadas e transportes	5 956,20	4 649,82
Serviços diversos	139 500,01	133 082,44
Total	631 051,93	826 893,06

17.14 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” desdobra-se da seguinte forma:

Outros rendimentos	2023	2022
Rendimentos suplementares	52 696,56	67 165,29
Ganhos em inventários	18,00	22,75
Rendimentos e ganhos em invest. n/ financeiros	0,00	5 000,00
Outros rendimentos	18 835,89	107 226,64
Total	71 550,45	179 414,68

17.15 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros gastos	2023	2022
Impostos	752,94	8 599,99
Outros gastos e perdas	1 216,00	8 190,48
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	4 042,97
Gastos c/ apoios concedidos a associados e utentes	102 749,10	104 546,17
Total	104 718,04	125 379,61

17.16 Juros e gastos similares suportados

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Resultados financeiros	2023	2022
Gastos		
Juros de financiamento	71 757,79	36 855,67
Juros de mora e compensatórios	718,68	1 138,27
Outros juros (locações financeiras)	153,78	316,92
Juros e gastos similares suportados TOTAL	72 630,25	38 310,86
Rendimentos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos TOTAL	0,00	0,00
Resultados financeiros	-72 630,25	-38 310,86

17.17 Acontecimentos após data de Balanço

A provisão constituída e evidenciada na nota 11, resulta da decisão judicial desfavorável, divulgada a 13 de março de 2024, relativa aos valores de IMI que constam nesta data, nos Processos executivos da AT nºs: 3344201401107429; 3344201401133950 e 3344201401260987.

Estas demonstrações financeiras vão ser submetidas à aprovação dos associados em Assembleia Geral a realizar no dia 29 de abril de 2024.

Lisboa, 19 abril de 2023

A Direção.

O Contabilista Certificado

3. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa encerrou as contas relativas ao exercício de 2023 com um Resultado Líquido negativo no valor de **145.172,30 euros**.

A Direção propõe à Assembleia Geral que o referido Resultado Líquido seja integrado na conta “Resultados Transitados”.